

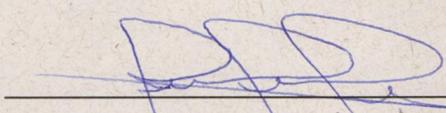
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS. Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezessete, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Câmpus, na sala 01 do câmpus São Paulo Pirituba, às catorze horas e vinte e cinco minutos, com a presença dos conselheiros Cláudia Oliveira, André Favareto, Valéria Lázaro e Roberto da Anunciação, e da presidente Hânia Cecília Pilan. Todos os participantes não conselheiros que falaram durante a reunião, tiveram a fala permitida pelos conselheiros. Hânia falou sobre ata da reunião anterior com conteúdo sigiloso. Deixou para discutir ao final da reunião e disse que o conteúdo sigiloso seria retirado da ata para publicação no site do câmpus. Deu-se início à pauta do dia, falando sobre o PDI do câmpus. Hânia disse que o documento era igual ao enviado para os docentes do câmpus, com algumas pequenas mudanças nos nomes de cursos (não explicitadas no momento da fala). No documento consta um curso técnico PROEJA, condicionado à disponibilidade de infraestrutura, equipamentos, acervo, pessoal docente e administrativo para sua abertura. A área do curso ainda não havia sido decidida. Hânia disse que a sugestão era a abertura de um PROEJA novo, que não existe em nenhum outro lugar, mas em dois meses não seria possível fazer isso, então por isso foi deixado sem a área no documento. Explicou ainda que enviando o documento assim, podemos receber uma devolutiva pedindo a definição da área do curso. Sobre os cursos superiores, além de Letras e Gestão Pública, o documento traz Engenharia de Produção, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão da Produção. As datas de oferecimento dos cursos estão condicionadas a discussões com pessoal da área dos mesmos e às mesmas condições previstas para abertura do PROEJA. Ana Paula, membro da comissão do PPP e conselheira suplente do CONCAM, disse que 5 cursos superiores, mais as especializações previstas no documento mostram o modelo de escola que queremos, com foco nos cursos superiores. Disse que ao perguntar em outros câmpus, isso se mostrou um pouco atípico. Então perguntou se foi feita pesquisa de mercado para escola dos cursos. Disse ainda que o novo projeto dos IF prioriza formação básica e nosso câmpus está priorizando os cursos superiores. Se não focássemos tanto em superiores, e sim em ensino básico, teríamos demanda sempre e teríamos poucos problemas com orçamento. Então pergunta se não seria melhor abrir integrados ao invés de cursos superiores. Hânia diz que Ana Paula tem toda razão. Que a ideia é fortalecer o ensino médio e que não se abrirá cursos superiores em detrimento dos integrados. Além disso, lembrou que devemos seguir a proporção 50-20-30 dos IF. Completou dizendo que esses cursos são somente desejos, e que não necessariamente serão oferecidos. Ana Paula afirma que essas escolhas irão impactar nos códigos de vagas que serão fornecidos ao câmpus; e que depois de escolhidos, não há como voltar atrás. A conselheira Cláudia explica que aquilo são propostas do que pode acontecer. De acordo com a proporção 50-20-30 não podemos abrir mais nenhum curso, pois todos os superiores e especializações entram nos 30%. E aí que entra o PROEJA. Com ele se abria a possibilidade de oferecer mais um curso nos 30%. Finaliza explicando que o PDI é somente um plano futuro, mas não tem que ser realizado. Ana Paula continua dizendo que deveríamos focar mais no ensino médio e pergunta se para a sobrevivência orçamentária e sucesso do câmpus, não deveríamos pensar na possibilidade de focar mais no ensino básico. Argumenta que na região, o oferecimento de ensino médio gratuito e de qualidade é escasso, o que faria com que sempre tivéssemos alunos, e além disso, a evasão nesses cursos é pequena. E reafirma que o PDI aprovado decide os códigos de vagas que teremos, e depois não há como mudar. O conselheiro Roberto diz que se vão discutir o PDI, a comissão deveria apresentar o projeto ao CONCAM para que os conselheiros tenham uma melhor visão do que irão votar. Docente Vagner, membro da comissão do PDI explica um pouco sobre o documento e que as condições de abertura dos cursos estão sujeitas as mesmas condições de abertura do PROEJA. Continua dizendo que as áreas foram escolhidas em audiência pública antes da chegada dos docentes, e que isso foi levado em conta ao se escrever o documento. A conselheira Valéria pergunta sobre os cursos de informática, os quais possuem grande demanda no câmpus; e pergunta o porquê da abertura de Letras e Gestão, ao invés de Letras e algum curso de informática. Docente Patrícia, CAE e presidente da comissão do PDI diz que o curso de Gestão Pública já havia sido aprovado pelo CONCAM, então não tinha o que fazer. E que todos os cursos propostos foram

baseados na consulta pública. Roberto diz que não se pode mais aprovar cursos a toque de caixa, pois isso traz grandes consequências ao câmpus. O conselheiro André diz que temos como norteadores, os eixos tecnológicos do câmpus. Diz que cursos de informática são sempre muito requisitados e que não sabe da evasão do curso de Gestão Pública. Complementa dizendo que devemos verificar a proporção 50-20-30 e o peso do aluno em cada curso para nos mantermos como câmpus. Patrícia diz que tudo se decide coletivamente no câmpus, porém há áreas diferentes, norteadas pelos eixos tecnológicos, e que dentro de cada eixo cabe a nós confirmos nos docentes de cada área para a decisão dos cursos. Roberto reafirma que devemos discutir mais os cursos a serem abertos, antes de termos que aprová-los às pressas. Ana Paula faz considerações sobre o impacto da aprovação do PDI sobre os códigos de vagas. Fala sobre o curso técnico concomitante em Administração que foi uma escolha errada. Diz que a audiência pública não é conclusiva. Que deve ser feita pesquisa de mercado e à comunidade. Diz que estamos aprovando o PDI com base somente nas audiências públicas, as quais não são conclusivas. Vagner explica que não necessariamente devemos oferecer um curso, mesmo depois de aprovado. Ana Paula reafirma que esse é um momento decisivo e chama atenção para as consequências da aprovação do documento. E pergunta em que momento foi discutido em se priorizar o ensino médio no câmpus. Hânia responde dizendo que isso já foi discutido com coordenadores. E continua dizendo que não concorda com Vagner sobre a não abertura do curso de Gestão Pública, mesmo depois de aprovado, pois os professores da área trabalharam muito em cima disso e o curso, quando aprovado pelo ConSup, foi considerado excelente para oferecimento no IF. André acha precipitado falar de código de vagas e planilha de impacto, pois o que menos impacta é o ensino médio. Docentes de informática e gestão estão com a carga horária mais apertada. Continua sugerindo a possibilidade de abertura de 80 vagas de integrados ao invés de 40 por ano. É dito que para os próximos cursos devemos focar mais no ensino médio, mas que a carga horária seria dobrada, por isso devemos pensar muito em quais cursos abrir. Se abriremos cursos com peso 1, deveremos trabalhar mais que um curso com peso maior. Assim, pesquisa e extensão seriam prejudicadas. Esse tipo de assunto deveria ser discutido para escolha dos cursos. Devemos olhar para outros câmpus para ver o que dá certo e o que não dá. Roberto opina sobre os cursos, dizendo que pela nossa região, o curso de Engenharia de Produção deveria ser mantido. E em relação aos técnicos, deveria ser oferecido algo em comunicação, pois próximo ao câmpus há três ETECs que oferecem técnicos em administração. Valéria diz que percebe uma certa divergência nas pessoas do câmpus, que poucos tomam atitude e que não há dedicação. Patrícia pergunta a quem ela está se referindo e ela responde que se refere ao câmpus, no geral e completa dizendo que falta gente para fazer e não gente para discutir o que não foi feito. Hânia explica sobre a votação do PDI, que este documento se encerra em 2018 e outro deverá ser redigido. Assim, pode-se ter uma nova forma de pensar os cursos. André discorda da fala de Valéria e diz que há muitas coisas acontecendo e que não são vistas. Termina falando que vê muita dedicação dos docentes e técnicos administrativos. Ana Paula pergunta sobre o prazo de submissão do documento e Hânia diz que o prazo é hoje. Complementa dizendo que o documento já havia sido apresentado aos docentes, mas que ninguém se interessou em ajudar a termina-lo. Ana Paula então diz que novamente vamos aprovar um documento no último dia. Completa dizendo que os problemas devem ser levados ao coletivo, como a necessidades de mais docentes para a confecção dos documentos do câmpus. Patrícia complementa a fala de Hânia, dizendo que precisava de mais docentes para colaborar com o documento, mas nenhum se interessou, o que contribuiu para o atraso do mesmo. Ana Paula disse que os docentes não têm essa informação, e que eles precisam estar cientes das consequências para se voluntariarem. Hânia diz que quanto ao voto do PDI, os conselheiros podem votar a favor em partes dele. Só não podem interferir no PROEJA, pois está na lei e mesmo que não tenha a área decida até o momento, não há como retirá-lo, assim como os dois cursos superiores já aprovados. A discussão, então, fica entre os três cursos superiores e as três especializações. Diz que ADS já está sendo feito. Finaliza dizendo que podemos entregar o PDI sem esses cursos, ou entregá-lo somente com a intenção de se fazer os cursos. André sugere a

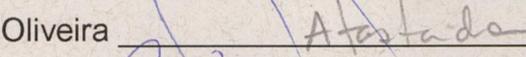
retirada de um curso superior: Engenharia de Produção ou Gestão de Produção. Mas Cláudia explica que se ofereceria Gestão de Produção para se conseguir laboratórios e professores e depois descontinuar para se abrir Engenharia de Produção. Não se oferecia os dois cursos ao mesmo tempo por falta de mão-de-obra. E Patrícia complementa dizendo que a ideia é abrir um curso de Engenharia de Produção, em que o aluno curse três anos e tenha o diploma de tecnólogo em Gestão de Produção e com mais dois anos conseguiria o diploma de Engenharia de Produção. Inicia-se a votação do documento do PDI. Há dois votos "sim" e duas abstenções. A presidente Hânia, então, vota "sim" para o desempate e o documento é aprovado integralmente com o consenso de não obrigatoriedade de oferta dos cursos se não for possível. E os conselheiros estão cientes de que a abertura dos cursos está condicionada às prerrogativas apresentadas no documento. Inicia-se a discussão do segundo ponto de pauta: Manual de Atividades Docentes. Cláudia explica da importância do documento, para se obter um padrão nos parâmetros de avaliação dos documentos pela CAAD. Hânia explica que aquela discussão não é deliberativa ou conclusiva. É mais uma discussão para se levar aos docentes. Explica que aquele é um documento vivo, que muda com o tempo. 1ª consideração feita: é realmente necessário o texto na primeira parte do documento, ou pode-se ir direto à tabela? Há muita repetição de trechos da resolução 109. Cláudia, Roberto e Valéria pensam que deve-se deixar para que professores leiam. Discutiu-se a retirada do item 2.4 e que o item 8.12 poderia ser repensado (talvez semestralmente). Para a tabela foi sugerido que docentes com cargo de coordenação pudessem dedicar as 40 horas semanais ao cargo, porém Hânia que explica que pelas leis do IF docentes não podem ficar sem aula. Assim, retirando-se aulas, preparo de aulas, RNA e atendimento ao aluno, decidiu-se que para cargos de coordenação sejam utilizadas, no máximo, 23 horas semanais. No item 3.3, tabela LIV, foi decidido trocar "Coordenadoria de Extensão" por "Coordenadoria de Pesquisa e Inovação". Hânia encerra a reunião às dezoito horas e trinta minutos, a qual eu, Ivan Miletovic Mozol, registrei na presente ata.

ASSINADO NO ORIGINAL

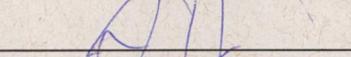
Hânia Cecília Pilan



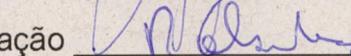
Cláudia Almerindo Oliveira

 Atestado

André Favareto



Roberto da Anunciação



Valéria Lázaro

